

**A EDUCAÇÃO EM CIDADANIA NO CENTRO DE
ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE
MORRUMBENE**

**CITIZENSHIP EDUCATION AT THE YOUTH AND ADULT
LITERACY AND EDUCATION CENTER OF MORRUMBENE**

Luísa Bravo Lamas

CEI, ISCAP-P.PORTO

Renalda Timbe Zefanias

Universidade Metodista Unida de Moçambique, Moçambique

Abstract: This article presents an explorative research on Citizenship Education at the youth and adult literacy and education center of Morrumbene. We focus our analysis on previous students aiming to understand how these courses are favoring promoting the development of citizenship practices, namely on entrepreneurial and sustainable development level, complementing with the view of those that teaches and supervise the courses. Our objective, with this research, is to contribute for an education that has as purpose the fully forming the individuals, which may, and should, enable the development supported on human rights.

Keywords: Citizenship, Entrepreneurship, Literacy, Sustainable Development.

Resumo: Este artigo apresenta um estudo exploratório sobre a Educação em Cidadania dos cursos de alfabetização e educação de jovens e adultos ministrados no Centro de alfabetização e educação

de jovens e adultos de Morrumbene. Focamos a nossa análise em ex-estudantes procurando perceber como estes cursos estão a favorecer o desenvolvimento de práticas de cidadania, nomeadamente ao nível do empreendedorismo e do desenvolvimento sustentável, complementando com a percepção dada por quem está a ministrar e a coordenar os mesmos. Com este estudo, tentamos contribuir para uma educação que tem como objectivo a formação plena dos sujeitos que pode e deve permitir o desenvolvimento, sustentado nos direitos humanos.

Palavras-chave: Alfabetização, Cidadania, Desenvolvimento sustentável e Empreendedorismo

Introdução

A Educação em Cidadania é uma questão cada vez mais premente no sentido de garantirmos os Direitos Humanos, a maior coesão social e o bem estar da humanidade. Procuramos neste estudo exploratório conhecer como as políticas educativas direccionadas para a alfabetização e educação dos jovens e adultos em Moçambique estão a contribuir para uma Educação em Cidadania, centrando-nos na oportunidade de participação, no desenvolvimento sustentável e no empreendedorismo. No primeiro ponto dedicamo-nos ao referencial que é composto pelas teorias e normativas internacionais centradas no papel que a alfabetização de jovens e adultos pode ter na construção de uma cidadania activa, contemplando a educação em empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável, subjacente nos objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU. De seguida, dedicamo-nos às políticas para a alfabetização e educação de adultos em Moçambique, procurando perceber o caminho traçado. A caracterização de Morrumbene e do centro AEJA de Morrumbene é apresentada, com a descrição da metodologia utilizada, no ponto seguinte. Por último apresentamos as conclusões a que chegamos, pensando que as mesmas podem contribuir para futuros estudos.

1. A alfabetização de jovens e adultos como área a ser privilegiada para a construção de uma cidadania activa

“Civil rights are designed for use by reasonable and intelligent persons, who have learned to read and write. Education is a necessary prerequisite of civil freedom” (Marshall, 1950, pp. 25-26).

A educação é crucial para o exercício da cidadania. Tal como Marshall preconiza, a alfabetização é uma condição para o uso da liberdade e para o exercício crítico dos direitos de cidadania. Ser cidadão de direito implica ter conhecimento dos seus direitos, envolvendo, igualmente, o respeito e a exigência pelo cumprimento dos mesmos, que só é possível através da educação. Tem sido esse o objectivo da educação ao longo dos tempos, preparar os indivíduos para desempenharem um papel na comunidade, em defesa do bem comum (Lamas, 2019). A educação tem o papel de promover a participação democrática e práticas de adaptação à sociedade da informação, através do desenvolvimento crítico (*op. cit.*).

Apoiamo-nos em Paulo Freire (1970) ao procurar transformar o processo de alfabetização, recusando a educação “bancária”, mas contribuindo para a libertação do ser humano. A necessidade de consciencialização da realidade da vida individual ou comunitária permite que cada ser humano se sinta apto para mudar e melhorar, não só a sua condição, como a do seu grupo, atingindo uma capacidade e vontade de alargar o seu campo de actuação. Caride (2011) entende que a cidadania é aprendida e exercida através de processos de socialização congruentes com novas formas de relacionamento entre a educação e a comunidade, em que participam diferentes agentes e instituições.

Concordamos com esta visão, pois o conhecimento individual e a experiência partilhados neste processo, permitem uma aproximação à realidade e ao desenvolvimento pretendido, só conseguido através de um trabalho em rede entre as escolas, as diversas instituições, os espaços e as pessoas (Caride, 2000) dando lugar à vontade individual. É essa a participação que Paulo Freire abraça e que ao mesmo tempo permite uma educação em cidadania, o exercício que nos permite sentir membros de direito da comunidade. Os sujeitos da alfabetização devem ser considerados como tal, pois só assim se permitirá a mudança e a transformação social pretendida.

A alfabetização de jovens e adultos é alvo da atenção das organizações internacionais, pois é considerada um eixo fundamental para o desenvolvimento humano, como evidenciado na Declaração de Hamburgo (1998) ao expressar que a educação de adultos é “mais do que um direito:

é a chave para o século XXI. É tanto a consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade” (Declaração de Hamburgo, 1998, nº 2). Este documento vem na linha do relatório da UNESCO (Dellors, J.,1996), fruto do trabalho de uma comissão coordenada por Jacques Delors, que apresenta propostas para lidar com as consequências da globalização, como a falta de competências técnicas para exercer cidadania e o crescimento económico desigual. Reforçamos um dos pilares da educação defendidos no documento, aprender a viver juntos, concordando com a existência de um desenvolvimento humano que só se constitui nos processos de múltipla participação, apoiados nos valores de cidadania e da construção de identidade, e que estruturam a cultura da paz (*op. cit.*).

O momento que atravessamos obriga-nos a pensar que o bem individual só é possível se actuarmos como comunidade, submetendo-nos a um confinamento global, considerado essencial para nos proteger do contágio, mas que, simultaneamente, vem agravar as desigualdades sociais existentes antes da pandemia. Ao mesmo tempo, somos chamados a intervir para mudarmos o nosso futuro em prol de um desenvolvimento sustentável, na medida em que, independentemente da condição em que nos encontrarmos hoje, o futuro das gerações vindouras depende da mudança do comportamento de todos. E essa transformação depende da educação para os Direitos Humanos, para a solidariedade e para o pensamento crítico sobre o futuro que queremos. Partilhamos a visão de Gil (1999) ao considerar que o estudo da Declaração Universal dos Direitos Humanos permite reflectir sobre os valores humanistas, conhecer os conceitos da condição e dignidade humana e possibilita o desenvolvimento de uma cidadania vivida na interculturalidade.

Só conseguiremos atingir o melhor para a nossa comunidade se actuarmos em função do bem comum. A covid-19, as alterações climáticas e as consequências destas têm evidenciado a urgência de agirmos em consonância com os Direitos Humanos. A educação deve valorizar a solidariedade, a dignidade da pessoa e o nosso papel neste projecto comum.

Tudo o que fazemos na nossa comunidade traz consequências para a humanidade, sendo esse um dos maiores desafios que teremos de enfrentar, alterando o nosso comportamento face ao consumo, procurando melhorar o nosso impacto no meio ambiente, reduzindo a nossa pegada ecológica. Por outro lado, a pandemia também nos impele a trabalhar em rede, pois só é possível sairmos desta crise, simultaneamente sanitária, económica e social quando a humanidade se libertar dela, não podendo ficar ninguém de fora. Assistimos a alguns passos, muito curtos, nessa

direcção, mas também a outros dados em sentido oposto, que procuram mudar o rumo até agora percorrido, colocando em perigo a sustentabilidade da vida humana.

Em 2016 entrou em vigor a Resolução da ONU “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, apresentando 17 objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS) considerados fundamentais: a erradicação da fome e da pobreza, garantir o acesso à saúde e educação de qualidade, igualdade de género, água potável e saneamento, acesso a energias renováveis e acessíveis, trabalho digno e crescimento económico, indústria, inovação e infraestruturas, reduzir as desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumo sustentáveis, combater a acção climática, proteger a vida marinha e a vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes, parcerias para a implementação dos objectivos. Esta declaração conjunta, dos países que integram a ONU é um marco importante para a mudança que se exige, cientes do trabalho a desenvolver para atingir os objectivos definidos até 2030. São 17 ODS para cumprir, envolvendo todos os países e populações, num trabalho conjunto para cumprir com a agenda.

Salientamos o 4º objectivo do desenvolvimento sustentável, a educação de qualidade, que contempla as aprendizagens de qualidade, a igualdade de acesso, a igualdade de género na educação, a alfabetização de um grande número de homens e mulheres e o desenvolvimento das suas competências técnicas e profissionais para o emprego, o trabalho decente e o empreendedorismo (ONU, 2016).

Este panorama aqui apresentado remete-nos para uma Educação em Cidadania dos jovens e adultos que frequentam os cursos de alfabetização. A alfabetização tem de se assumir como um espaço de consciencialização, e de apropriação do papel por cada indivíduo. O conhecimento da realidade circundante e as experiências vividas podem e devem ser trazidos para o debate na aula, favorecendo o conhecimento da educação em empreendedorismo e em cidadania. A integração dos objectivos de desenvolvimento sustentável na educação faz parte deste processo, pois somos todos chamados ao debate. Aos cidadãos que frequentam os cursos de alfabetização deve-lhes ser dada a oportunidade para participar na transformação para atingir mais equidade e para a preservação da vida marinha e terrestre. A sua integração é fundamental na medida em que eles serão, também, beneficiários das metas a atingir pelos 17 ODS já mencionados e possuem o conhecimento experiencial da vida na comunidade onde residem. A maior abertura dada aos alfabetizandos e educandos para serem chamados a participar conduz a uma maior participação (Menezes et al., 2012).

Concordamos que a alfabetização de jovens e adultos deve estar, igualmente, comprometida com uma Educação em Cidadania democrática e motivada para o empreendedorismo. Apoiamo-nos em Lamas et al. (2018, p. 75) para sustentar a nossa posição:

A Educação para o Empreendedorismo poderá dar um subsídio relevante na prossecução dos objectivos da Educação para a Cidadania, através do desenvolvimento de competências empreendedoras como: a criatividade, o espírito de iniciativa, o trabalho em equipa, o aprender-fazendo, a motivação e perseverança, a mobilização de recursos, entre outras, que resultem na promoção de iniciativas culturais, sociais, comerciais ou ambientais.

Trouxemos à reflexão essa preocupação global com a oportunidade a dar aos indivíduos para participarem na construção de uma cidadania activa e integrada na comunidade, promotora de uma maior coesão social e do desenvolvimento local, regional e global. Entendemos que os programas de alfabetização de jovens e adultos devem, assim, contemplar a educação para o desenvolvimento sustentável e para o empreendedorismo, contribuindo para alcançar os ODS até 2030. Nesta óptica, debruçamo-nos nas directrizes definidas para a alfabetização dos jovens e adultos em Moçambique, procurando perceber como estão concebidas.

2. As orientações da política de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique

Apoiamo-nos em Ferreira de Jesus & Vieira (2014) ao considerarem que a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada por movimentos que procuram suprir as necessidades políticas e educacionais de um grupo que vivencia uma injustiça social representada pelo analfabetismo. Da necessidade de encontrarmos respostas para o modo como está organizada a alfabetização de jovens e adultos em Moçambique, iniciamo-nos na análise da legislação que a suporta.

Centramos a nossa atenção na Constituição de Moçambique (2004), procurando encontrar o propósito que a mesma concerne à educação e alfabetização. De acordo com o artigo 88º, verificamos uma preocupação pelo direito à educação, ao considerar que “a educação constitui direito e dever de cada cidadão” e que “o Estado promove a extensão da educação, a formação

profissional contínua e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito” (Constituição da República de Moçambique, 2004, art.º 88).

Procuramos saber qual a orientação governamental na organização da alfabetização de jovens e adultos em Moçambique centrando a nossa análise no período mais recente. A Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique para o período de 2010-2015 (Conselho de Ministros, 2011) demonstra um caminho a perseguir em torno da alfabetização, partindo de alguns desafios identificados em relatórios anteriores, tais como as dificuldades na retenção dos alfabetizandos e alfabetizadores nos programas de alfabetização e educação de adultos, a limitação dos alfabetizadores por insuficiência de formação, a escassez de recursos humanos, materiais e financeiros, entre outros.

A missão é de promover a educação básica equitativa e a aprendizagem ao longo da vida para jovens e adultos, em parceria com a Sociedade Civil, reconhecendo a educação como atributo essencial para o desenvolvimento, económico, social, cultural e humano, reduzindo a actual taxa de analfabetismo de 48,1% para 30% em 2015, contribuindo desta forma para a redução da pobreza em Moçambique (Conselho de Ministros, 2011, p.6)

Entendemos que a concretização das prioridades previstas pela determinação do Governo deve ser, tal como preconizada na Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique para o período de 2010-2015 (Conselho de Ministros, 2011), em estreita colaboração com a comunidade. Este documento normativo procura materializar a Lei Constitucional, o Sistema Nacional da Educação (Lei 4/83 actualizado pela Lei 6/92) e os Programas Quinquenais do Governo, priorizando “a alfabetização de jovens e adultos como alicerce para a construção do conhecimento e das habilidades para a vida, uma contribuição nos esforços de desenvolvimento humano e de combate à pobreza em Moçambique” (*Ibid.*, p. 9), reduzindo para 30% a taxa de analfabetismo. “A alfabetização e educação de adultos são realizadas em unidades públicas e privadas ou comunitárias. Em geral, a alfabetização é ministrada por professores de alfabetização voluntária, contratados anualmente pelo sector de educação ou por organizações não-governamentais” (2020, p. 61). Os objectivos dos cursos de Alfabetização e Educação de Adultos visam:

a) A formação de cidadãos que vivam com dignidade na sociedade, “quer pela via do emprego, quer pela via da geração de rendimentos próprios, através da criação do auto-emprego”; (MINEDH, 2013, p. 18).

b) O desenvolvimento de competências de literacia, numeracia e habilidades para a vida;

c) O prosseguimento de estudos, permitindo o acesso a outros níveis ou modalidades de ensino técnico-profissional, secundário e superior;

d) O estímulo para a aprendizagem ao longo da vida (*Ibidem*).

Percebemos que, para além de noções básicas de leitura e escrita leccionados nos centros de AEJA, há uma intenção de desenvolver uma educação que favoreça experiências de saber fazer, para poderem dar continuidade ao desenvolvimento das suas comunidades, de forma a reduzir a pobreza e incentivando mais os jovens e adultos a participarem nos centros educacionais. Nas Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias (2017-2019) (MINEDH, 2017) está o princípio pedagógico de ligação entre a teoria e a prática a aplicar em toda a actividade educativa, exemplificando o seu uso na disciplina de Matemática que “deve ir ao encontro das necessidades locais, principalmente no sector da alfabetização e de educação de adultos, tais como a contagem dos sacos de milho; o cálculo da percentagem da colheita em relação ao que se semeou.” (MINEDH, 2017, p. 21). Consideramos que estas Orientações “para irem ao encontro das necessidades locais” deviam contemplar, necessariamente, o envolvimento dos alfabetizandos em processos reflexivos sobre a realidade, convocando-os para a problematização e participação crítica, assim como para o empreendedorismo.

A Lei n.º 18/2018 de 28 de Dezembro estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação de Moçambique, baseando-se nos princípios de “promoção da cidadania responsável e democrática, da consciência patriótica e dos valores da paz, diálogo, família e ambiente” (art.º 3º, alínea c) e da

organização e promoção do ensino, como parte integrante da acção educativa, nos termos definidos na Constituição da República, visando o desenvolvimento sustentável, preparando integralmente o Homem para intervir activamente na vida política, económica e social, de acordo com os padrões morais e éticos aceites na sociedade, respeitando os direitos humanos, os princípios

democráticos, cultivando o espírito de tolerância, solidariedade e respeito ao próximo (Lei n.º18/2018, art.º3º, alínea d).

Estes princípios que orientam o Sistema Nacional de Educação (SNE) são importantes para a construção de uma cidadania participativa e democrática, tal como os da “inclusão, equidade e igualdade de oportunidades no acesso à educação” (alínea f) e os demais apresentados. Realçamos aqui o interesse do legislador em promover uma educação democrática, de cidadania activa e sustentável. Um dos objectivos do SNE é “erradicar o analfabetismo de modo a proporcionar a todo moçambicano o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, bem como o desenvolvimento pleno das suas capacidades e a sua participação em vários domínios da vida do País” (Lei n.º18/2018, art.º 5º, alínea a). Verificamos uma preocupação neste diploma legal que revoga a Lei n.º 6/92, de 6 de Maio, Lei do Sistema Nacional de Educação em promover melhorias na educação no sentido de uma maior participação dos cidadãos, só realizável através da erradicação do analfabetismo. Este diploma legal revela a preocupação de uma educação para a cidadania que envolve a educação para o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável.

Com o mesmo objectivo, de eliminar o analfabetismo, surgem outras medidas legislativas, prosseguindo com o que está determinado no art.º 88º da Constituição da República de Moçambique (2004), devendo o Estado promover a igualdade de acesso à Educação a toda a população. Salientamos a Instrução Ministerial n.º 2/GM/MINEDH/2019: Atente à Organização e Funcionamento da área da Alfabetização e Educação de Adultos que apresenta a promoção dos “cursos de Habilidades para a Vida de acordo com a opção dos alfabetizandos e educandos, em articulação, coordenação e parceria com as organizações ou instituições que oferecem cursos de habilidades para a vida” (MINEDH, 2019, n.º 3, alínea d). Neste documento percebemos a vontade em oferecer cursos, de acordo com o desejo individual.

Apoiamo-nos em Freire, (1967, p.90), ao defender “uma educação que possibilitasse ao Homem a discussão corajosa de sua problemática”, criando as condições para a libertação do ser humano, dando-lhe força, coragem e determinação para discutir com propriedade os problemas que enfrenta no seu dia-a-dia e na vida da sua comunidade. Assim, na nossa óptica a existência de centros de AEJA permite que os jovens e adultos iletrados tenham oportunidade para se realizarem através dos cursos de alfabetização e da aprendizagem ao longo da vida. A determinação de Paulo Freire, (1967, p.12) é a que orienta toda a pedagogia moderna: “uma educação para a decisão, para

a responsabilidade social e política”. O país jamais poderá encontrar o seu caminho e a democracia jamais poderá ser uma realidade enquanto existir um índice tão elevado de analfabetos.

Este nosso posicionamento é reforçado pelo Ministério de Educação (2010, p.4) ao afirmar que a “alfabetização é um processo de aquisição de noções básicas de leitura, escrita e cálculo que estimula a participação nas actividades sociais, políticas e económicas e permite uma educação contínua e permanente”. No entanto, realçamos que Moçambique apresenta ainda uma percentagem elevada de analfabetismo, calculando-se uma taxa de abandono escolar muito alta (47%) para o ano de 2015 e de retenção de 17% (UNESCO & MINEDH, 2020) que dificultam o cumprimento da Agenda 2030 para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Até 2015, estima-se que 34.786 do total de 98.414 alfabetizados que concluíram o nível - representando 35% do total de alunos inscritos no nível - concluíram o terceiro ano de alfabetização. A taxa de insucesso é de cerca de 17% e a taxa de abandono atingiu 47% do número total de alunos matriculados no início do ano. (UNESCO & MINEDH, 2020, p. 61).

A taxa de feminização dos adultos iletrados em Moçambique é de 69%, segundo o Relatório da Monitoria Global da Educação 2017/18, citado por UNESCO & MINEDH (2020, p. 62). O mesmo se verifica no grupo de jovens moçambicanos (entre os 15 e 24 anos) no acesso à educação, onde as jovens apresentam igualmente 69% de iliteracia comparativamente com os jovens. Este índice influencia a prossecução dos outros objectivos de desenvolvimento, como a erradicação da pobreza, da fome e o alcance da paz, justiça e instituições eficazes e, como está bem patente, a igualdade de género. O desenvolvimento integra as três dimensões, a económica, a social e a ambiental e só se realizará se existir um envolvimento de todos os países e um esforço de todos os actores na prossecução dos Direitos Humanos que determina a concretização dos mesmos (ONU, 2016). Tal como temos vindo a referir, não se atinge um objectivo de desenvolvimento sustentável sem se atingirem os outros dezasseis (*op. cit.*). O relatório acima citado por UNESCO & MINEDH (2020) refere a existência de uma taxa de alfabetização de 67% dos jovens moçambicanos (entre os 15 e 24 anos), e de 51% para os adultos, compreendendo-se aqui os maiores de 15 anos. Esta categorização está relacionada com o público-alvo dos programas de alfabetização e educação de adultos, “destina-se a jovens com 15 anos ou mais e adultos

prioritariamente em idade activa que não tiveram oportunidade de frequentar o Ensino Primário na idade certa (MINEDH, 2020, p. 96).

Partilhamos da ideia generalizada de que a educação tem um papel fundamental no desenvolvimento de um país, na concepção de que a pobreza global pode ser reduzida em todas as pessoas e em todos os países, se existir acesso a uma educação básica e de qualidade nos educandos, através de habilidades adquiridas durante o processo educativo (Mário & Nandja, 2006). Este contexto geral da política educativa remete-nos para a concretização dos seus objectivos de alfabetização e educação de jovens e adultos em Moçambique, permitindo o desenvolvimento da participação cívica e política do cidadão e contribuindo para o desenvolvimento do ser humano, da comunidade e do país através da liberdade e da democracia, e para tal, deve ser proporcionada a todos os cidadãos, independentemente da idade, género e condição social. Partimos, para o estudo da aplicação destas políticas educativas tomando como análise o Centro de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos de Morrumbene.

3. Metodologia e contextualização do estudo

Procuramos com este estudo obter resultados sobre o impacto dos cursos de alfabetização e educação de jovens e adultos no exercício de cidadania, através do uso de competências empreendedoras em prol do desenvolvimento sustentável. Optamos por realizar o estudo no Centro de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (AEJA), instituição pública, situada na Escola Primária Completa (da primeira até à sétima classe), no centro da Vila de Morrumbene, na província de Inhambane.

Inhambane situa-se no topo da região sul de Moçambique, e está limitada a norte pelas províncias de Sofala e Manica, a leste e sudeste pelo Oceano Índico e a sul e oeste pela província de Gaza (Governo da Província de Inhambane, 2017). A capital é a cidade de Inhambane, situada a cerca de 500 km a norte da cidade de Maputo. Esta província está dividida em 14 distritos e possui 5 municípios: Inhambane, Massinga, Maxixe, Quissico e Vilanculos, ocupando uma área de 68 775km² (*op. cit.*). De acordo com os últimos dados, “com pouco mais de 1 milhão e 270 mil residentes, a população desta província foi a que menos cresceu entre 1997 e 2007, tendo sido

contabilizado um aumento que não chegou a 150 mil habitantes neste período, correspondendo a uma variação de 11,7%” (Governo da Província de Inhambane, 2017).

O distrito de Morrumbene situa-se na parte central da província de Inhambane, e tem como sede a vila de Morrumbene. Tem limites geográficos, a norte com o distrito de Massinga, a leste com o Oceano Índico, a sul com o município de Maxixe e com o distrito de Homoíne, e a oeste com o distrito de Funhalouro (*Ibid.*). A superfície do distrito de Morrumbene é de 2 608 Km² e a população é de 124 471 habitantes, de acordo com os dados preliminares do Censo de 2007 (últimos disponibilizados), sendo a densidade populacional de 47,7 habitantes/Km². “A população recenseada em 2007 representa um aumento de 12,3% em relação aos 110 817 habitantes registados no Censo de 1997” (Governos da Província de Inhambane, 2017).

O Centro de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos de EPC-Sede situa-se no centro da vila de Morrumbene. Tal como preconizado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, este centro dedica-se à alfabetização e educação da população maior de 15 anos que não frequenta a escola ou que, por algum motivo, abandona o seu percurso educativo, permitindo-lhe retomar a sua formação neste estabelecimento, até ao quarto ano.

Os Centros de Alfabetização devem funcionar tutelados por Escolas Primárias ou Secundárias, sob direcção dos respectivos directores, devendo dar todo o apoio necessário para o seu pleno funcionamento. Podem funcionar noutros locais, desde que haja mínimas condições para o efeito, mas sempre sob tutela da escola mais próxima (MINEDH, 2017, p. 34).

No distrito de Morrumbene funcionam actualmente 36 centros de AEJA, com cerca de 1289 estudantes do primeiro ao quarto ano, sendo 1061 do sexo feminino, o número total sofreu uma redução em 2020, face à pandemia Covid-19. Concretamente no centro de AEJA da EPC-Sede de Morrumbene funciona uma turma do 3ºano, constituída por 21 estudantes, com uma idade que varia dos 19 aos 53 anos, dos quais 14 são do sexo feminino. Segundo a comunicação pessoal do coordenador da área da Zona de Intervenção Pedagógica (ZIP), alguns dos alunos não são naturais da Vila Sede de Morrumbene, mas de outras zonas da mesma Província, que procuram o distrito à procura de melhores condições de vida, como empregados domésticos, nas bancas comerciais, entre outras profissões. Ingressam nos cursos devido à necessidade de saber ler,

escrever e realizar cálculos básicos, na medida em que a maioria dos residentes usam a língua oficial portuguesa (Mangal, J., 2 de Fevereiro de 2021).

A população circunvizinha dedica-se às actividades do sector primário e terciário concretamente (agricultura, pesca, comércio e alguns são funcionários do sector público e privado). De acordo com o Ministério de Administração Estatal, (2012), dos 258 mil hectares do distrito de Morrumbene, estima-se que cerca de 120 mil hectares de terra arável (cerca de metade da área total) está a ser utilizada para a prática de agricultura familiar com cerca de 50 mil hectares. A pecuária dispõe de cerca de 70 mil hectares, estando a restante parte do distrito ocupada por florestas ou zonas não aproveitadas. A agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais, nomeadamente mapira e milho. Algumas famílias recorrem ao uso de tracção animal. Existem também algumas fruteiras como coqueiros e cajueiros e o cultivo de hortícolas é pouco expressivo no distrito. A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, o que é uma actividade de risco, não existindo infra-estruturas de regadio disponíveis para a exploração agrícola. Este panorama, aqui apresentado, permite-nos perceber a necessidade de um investimento no sector agrícola, a par de um investimento na educação direccionados para o desenvolvimento sustentável.

Recorremos aos dados do INE obtidos no Inquérito ao Orçamento Familiar (2014/2015), e apresentados no Plano Estratégico da Educação para o período de 2020-2029 pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH, 2020), onde constatamos que, apesar de a Província de Inhambane apresentar um dos índices mais baixos de analfabetismo na população (32%), precedido apenas por Maputo Província (19,3%) e da Cidade de Maputo (9,5%), o cenário nacional constitui uma verdadeira fonte de preocupação, sendo a Província de Cabo Delgado a que se destaca com uma percentagem mais elevada (60,7%). A falta de dados mais actuais não nos permite perceber se tem existido uma evolução positiva no sentido da erradicação do analfabetismo, de forma a atingir, em 2030, os Objectivos de desenvolvimento Sustentável (ONU, 2016).

A escolha de um estudo de caso, prende-se com o facto de esta estratégia poder partir de uma motivação como a avaliação de um programa, considerando o caso como “uma coisa específica, uma coisa complexa e em funcionamento” (Stake, 2016, p.18). Procuramos, desta forma, perceber como a educação é exercida em cidadania e também se permite que os estudantes

do curso de alfabetização e educação de jovens e adultos se sintam mais preparados para participar na comunidade, para serem empreendedores e fazerem uso das suas competências para atingir os ODS.

Para este estudo de investigação utilizamos uma metodologia mista, o método qualitativo utilizando a técnica da entrevista e o método quantitativo através da técnica do inquérito por questionário. Na primeira semana de Fevereiro de 2021, realizamos uma entrevista ao coordenador da área da Zona de Intervenção Pedagógica da sede de Morrumbene e outra à professora do Centro de AEJA- de Morrumbene e aplicamos 17 questionários a ex-estudantes. A amostra é aleatória, na medida em que qualquer ex-aluno que tivesse frequentado o Centro poderia ser seleccionado. Devido à instabilidade da rede de internet na região, à falta de equipamento informático e à literacia informática da maioria dos ex-estudantes do curso de alfabetização de alunos e à actual situação pandémica, decidimos aplicar os questionários pessoalmente, entregando-os em formato de papel, sendo-nos devolvidos depois de preenchidos, procurando manter as regras da OMS. Da mesma forma, para assegurar distanciamento físico, as entrevistas foram realizadas através de email.

a. Inquérito por Questionário

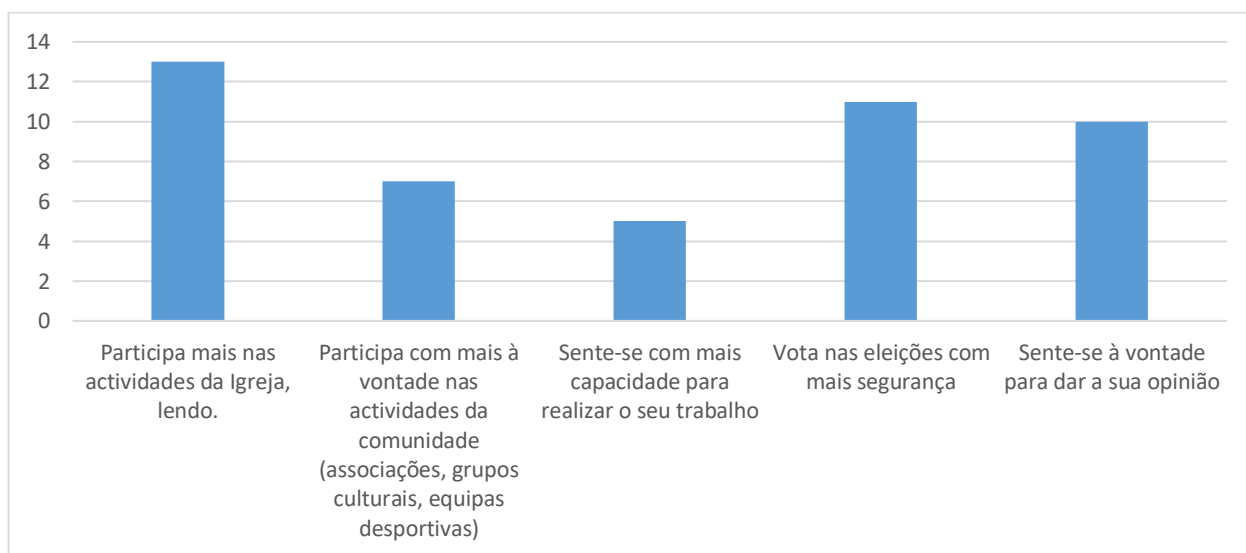
Através deste instrumento procuramos obter informação sobre o impacto deste curso na vida dos estudantes, nomeadamente no estímulo à participação na comunidade, desenvolvimento de competências empreendedoras e conhecimento dos ODS. As questões iniciais formuladas com o objectivo de recolher informação para a caracterização do grupo (idade, sexo, distrito de origem, profissão, último ano de frequência). O questionário compreende 5 itens de escolha múltipla e um de resposta aberta com o objectivo de conhecer as expectativas face ao curso, o impacto que o curso teve na vida pessoal e profissional, a motivação para a ingressão de novos estudantes, a diferença da participação na comunidade e por último propostas de melhorias.

Dos dezessete inquiridos que frequentaram o centro AEJA de Morrumbene que responderam ao questionário 10 pertencem ao grupo etário que incide entre os 21 e 30 anos. Ao cruzarmos as respostas com a data em que saíram do centro, verificamos que os mesmos pertencem ao grupo de jovens (entre os 15 e 24 anos). Os restantes inquiridos têm idade superior a 31 anos. Apenas sete dos inquiridos concluíram a alfabetização, seis desistiram e dois dos 4 que completaram o ensino primário pretendem ingressar no ensino secundário geral. Os participantes

no questionário são maioritariamente do género feminino (12), com uma percentagem de 71% e são todos naturais do distrito de Inhambane (100%). As profissões com mais representatividade são a de doméstica e a de comerciante com a mesma percentagem (27%), seguidas do pescador (13%) e com apenas um elemento foram identificadas as profissões de modista, peixeira e carpinteiro.

As respostas revelam que “aprender ler e a escrever” é a expectativa com valores mais elevados dos inquiridos, com 49% em relação ao curso, seguido de “necessário para o trabalho” com 23%. Verificamos que os participantes não prevêm grandes melhorias nas “suas condições de vida” nem na sua “actividade profissional”, apresentando estas a mesma percentagem (14%). Fica ainda demonstrado, pela ausência de respostas, que os participantes não têm grande esperança que o curso lhes permita “ganhar mais e realizar outras tarefas mais estimulantes”. O mesmo é visível quando questionados sobre o impacto que o curso teve na sua actividade profissional, com 57% das respostas para “utilização da leitura e escrita no seu trabalho” e com 38% para “sente-se com mais capacidade para realizar o seu trabalho”. Sobre as mudanças que sentiram “nas actividades diárias”, verifica-se a leitura de rótulos das embalagens com maior incidência das respostas com 25%, seguindo-se a leitura de livros e jornais com 23% e não necessitar de ajuda para renovar bilhete de identidade (20%) ou preencher documentos no banco, com 14 por cento.

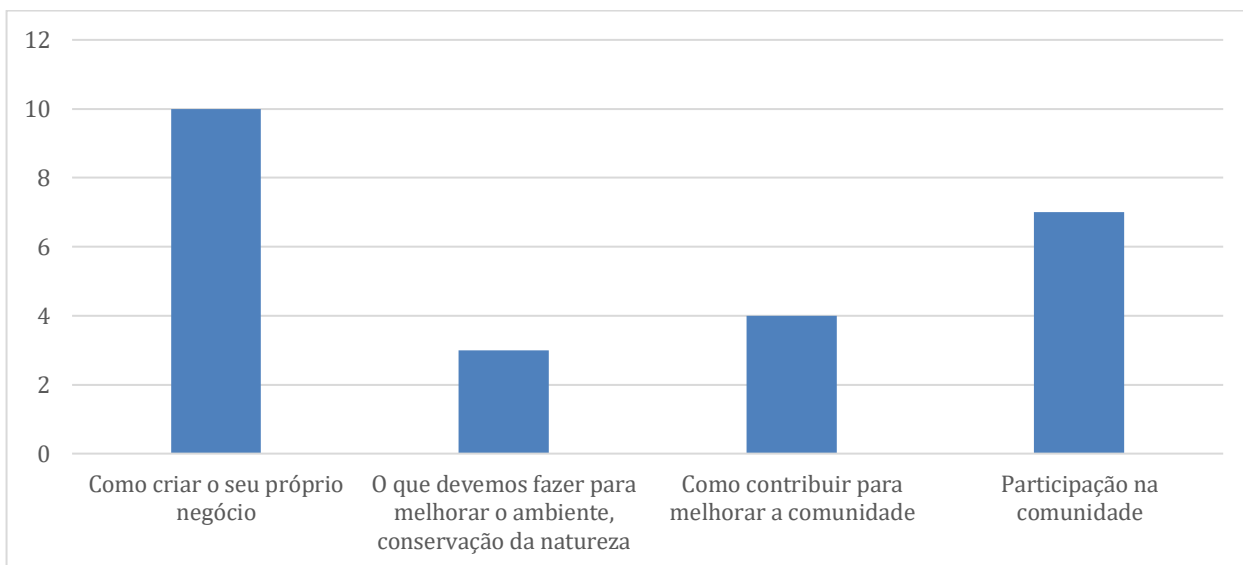
Gráfico n.º 1. Mudança da participação na comunidade.



Fonte: Elaboração própria.

Os estudantes dos cursos de AEJA, que responderam ao questionário, apresentam diferenças na participação na comunidade, sendo as actividades na Igreja as que apresentam maiores mudanças, com 28% (gráfico n.º 1), seguidas da participação nas eleições, com maior segurança (24%) e com mais à vontade para dar a sua opinião (22%). Verificando-se, que estes cursos têm algum impacto no exercício da cidadania, pois permitem, de acordo com as respostas dadas, participar mais nas actividades da comunidade, com maior relevo para as acções da Igreja e na vida política. Sobre os temas que gostaria de introduzir no curso (gráfico n.º 2), os participantes dão maior relevância à criação do seu próprio negócio com 42%, seguida da participação na comunidade com 29%, verificando-se uma manifestação de conhecer mais sobre o desenvolvimento de competências empreendedoras e sobre o seu envolvimento e exercício de cidadania na comunidade. Notamos uma menor preocupação com o meio ambiente (13%) e com o seu contributo para a melhoria da comunidade (17%).

Gráfico n.º 2. Temas que gostaria de ver trabalhados.



Fonte: Elaboração própria.

Na questão aberta onde é pedido para terminar uma afirmação a proferir a futuros alfabetizandos, com o objectivo de os motivar para a realização do curso: “Devias fazer o curso de alfabetização e educação de jovens e adultos para ...”, destacamos “aprender a ler e a escrever”, presente nas respostas dadas por quase todas os inquiridos (76%), seguida de “necessária para o trabalho”(18%) e “criação do seu próprio negócio” (12%).

b. Entrevistas

Consideramos relevante entrevistar o coordenador da área da Zona de Intervenção Pedagógica da sede de Morrumbene e a professora do Curso de AEJA do Centro de Morrumbene, para podermos perceber se existe complementaridade com as respostas dadas pelos estudantes inquiridos. A entrevista integra sete perguntas e está dividida em quatro partes: a primeira destina-se a identificar os objectivos dos estudantes quando ingressam nos cursos, a segunda aos resultados dos mesmos, a terceira às eventuais melhorias e à introdução de novos temas a serem trabalhados. A quarta, e última, parte dedicamos à motivação dos novos estudantes, pedindo para terminar a mesma frase utilizada na questão aberta do questionário aplicado aos antigos estudantes do centro.

Quanto aos objectivos dos estudantes quando ingressam no curso AEJA, os entrevistados consideram que estes aqueles pretendem “desenvolver habilidades de leitura, escrita e cálculos básicos que lhes permitem a materialização de várias actividades da vida social” e “ter um emprego qualificado”. A questão seguinte pretende conhecer a opinião dos entrevistados sobre o curso cumprir com as necessidades dos estudantes. A opinião aqui é divergente, como se pode constatar nas respostas obtidas, “em certa medida sim, pois os educandos conseguem ler, escrever, fazer cálculos básicos que facilitam a sua vida sobretudo na comunicação escrita e planificação e contractos dos rendimentos dos pequenos negócios” e “cumpre, mas não na totalidade, na medida em que as expectativas da maior parte dos estudantes, em particular a dos homens, não são respondidas, dado que os programas não profissionalizam, desmotivando a participação deste grupo.” Já relativamente à terceira pergunta: “na sua opinião, o curso tem contribuído para a melhoria da situação dos estudantes face ao trabalho?”, a resposta volta a coincidir, sendo unânimes ao considerarem que o curso tem contribuído positivamente, como se pode verificar numa das respostas: “Sim, na medida em que estes ganham habilidades de leitura, escrita e cálculos básicos que lhes permitem a sua inserção na comunidade.”

Tentamos ainda perceber se os estudantes participam mais activamente na comunidade, após a realização do curso, e a opinião dos entrevistados é consensual, considerando que há um aumento da participação: “Têm participado activamente nas actividades da comunidade dado que, estes sabem que o desenvolvimento da comunidade depende de esforço de cada membro que compõe a mesma”. Partindo do pressuposto que o curso tem resultados positivos na vida dos

estudantes, a pergunta seguinte incidiu sobre eventuais melhorias a implementar no curso. A resposta é novamente unânime, sendo os entrevistados da opinião que deveria ser introduzida uma vertente mais profissional nos cursos, “electricidade, informática, corte e costura, canalização, refrigeração, construção civil, carpintaria, serralharia, mecânica, culinária, técnicas de produção agrícola e pesca” que possa contribuir activamente para a melhoria da vida profissional dos participantes nos cursos.

Aprofundamos o tema da melhoria do curso com uma pergunta relacionada com novos temas a serem trabalhados e as respostas obtidas vão ao encontro das respostas obtidas na pergunta anterior, sendo as áreas profissionalizantes as mais mencionadas, “são pertinentes os temas de carácter profissionalizante”, sendo ainda realçados com “Ética e moral” e ainda com a área da saúde “ligados a métodos contraceptivos, ligados à prevenção de doenças com destaque para a malária, o HIV-Sida e a Covid-19”. O questionário termina com o pedido para terminar a mesma frase, que constou do questionário dos antigos estudantes, “Devias fazer o curso de alfabetização e educação de jovens e adultos para...”, que permitisse motivar o ingresso de novos estudantes nos cursos AEJA. As respostas focam o contributo do curso para a melhoria da vida pessoal e profissional dos estudantes, nomeadamente, “melhorar a higiene pessoal e colectiva”, “ter um emprego de relativa qualidade”, “realizar os seus negócios com uma planificação mais adequada e racional” e ainda de uma maior integração na comunidade, “ Ler e interpretar a bíblia na Igreja”.

Concluimos esta análise às entrevistas realçando que as respostas obtidas vão ao encontro dos resultados dos questionários aplicados aos estudantes do curso, nomeadamente o contributo para o desenvolvimento de competências empreendedoras e de uma cidadania mais participativa.

Conclusões

Partimos para este estudo com a motivação de conhecer o impacto da alfabetização no exercício de cidadania dos jovens e adultos, envolvendo a participação na comunidade, a promoção de competências empreendedoras e a sua implicação no desenvolvimento sustentável. Abordamos a alfabetização como processo de libertação do ser humano, tal como preconizado por Freire (1967, 1970), dando a oportunidade ao alfabetizando para se sentir membro activo da sua comunidade, ao participar no seu desenvolvimento. Processo para o qual todos somos chamados a intervir,

actuando em rede (Caride, 2011), pois a Educação em Cidadania exige esse comprometimento na vida comunitária, para que todos tenham a oportunidade de a exercer, valorizando a educação para os direitos humanos, tornando os indivíduos capazes de agir em sintonia para os garantir. Consideramos que a educação deve ser realizada com o objectivo de nos prepararmos para o bem-comum, caracterizando-se pela interculturalidade, solidariedade, necessárias para garantirmos o que foi assinado na Declaração dos Direitos Humanos há 72 anos. Abordamos o relatório da UNESCO (1996) que apresenta os pilares da educação e nos incita a promover processos de participação na construção da cultura da paz, promovendo o empreendedorismo e o exercício de cidadania; e a Declaração de Hamburgo (1998) que revela a importância da alfabetização como a condição para a participação na sociedade, com plenos direitos.

Centramos este estudo na importância que a educação em cidadania, promotora do empreendedorismo e do conhecimento sobre os objectivos de desenvolvimento sustentável pode determinar a sua concretização em 2030, ou aproximarmo-nos da sua prossecução. Analisamos as directrizes educativas para a alfabetização e concluímos que apesar de existir uma vontade política em prosseguir numa educação para a cidadania e para o empreendedorismo, a mesma não é visível na operacionalização, nomeadamente nas Orientações e Tarefas Escolares e Obrigatórias (2017-2019) (MINEDH, 2017) ao não apresentar estratégias para realizar essa educação, como forma de erradicar a pobreza, a desigualdade de género, entre outros obstáculos ao desenvolvimento sustentável, nomeadamente o 4º objectivo.

Os resultados da aplicação do inquérito por questionário revelam essas fragilidades, como demonstram as baixas expectativas dos participantes relativamente aos cursos frequentados, assim como a desistência, por não vislumbrarem melhorias quer nas suas condições de vida quer na sua actividade profissional. Os ex-estudantes dos cursos AEJA apresentam como possíveis melhorias para o curso a introdução de temas como, a criação do seu próprio negócio e a participação na comunidade. As entrevistas realizadas permitiram complementar esta realidade, considerando os participantes que deveria ser introduzida uma componente que capacite os estudantes para a sua actividade profissional, indo ao encontro das suas expectativas e promovendo a melhoria das suas condições de vida.

Concluímos que este estudo pode contribuir para a implementação de uma Educação em Cidadania que contemple a participação dos indivíduos na comunidade e o empreendedorismo na óptica da criação do seu próprio negócio. Entendemos que os objectivos de desenvolvimento

sustentável devem ser abordados nestes cursos, preparando-os para esse processo empreendedor não tendo apenas como objectivo a vertente económica, mas também a social e a ambiental.

Bibliografia

- Caride, J.A. (2000). Escolas e comunidades na construção de uma sociedade pluralista. Em F. Trillo, *Atitudes e valores no ensino* (pp. 171-274). Intituto Piaget.
- Caride, J.A. (2011). La educación y sus políticas como objetivo de desarrollo del milenio. Em: *Revista Innovación Educativa*. vol. 11 núm. 54 • enero-marzo, 2011 pp. 53-65
https://www.researchgate.net/publication/237026357_La_educacion_y_sus_politicas_como_objetivo_de_desarrollo_del_milenio/related
- Conselho de Ministros (2011). *Estratégia de Alfabetização e Educação de Adultos em Moçambique (2010-2015). Por um Moçambique Alfabetizado e em Desenvolvimento Sustentável*.
- Constituição da República de Moçambique. (2004).
<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>
- Dellors, J. (1996). *Learning: The Treasure Within, the Report to unesco of the international commission on education for the twenty-first century*. UNESCO.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590eo.pdf>.
- Freire, P. (1976). *Educação como prática da liberdade* (5ª ed.). Dinalivro.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. (17ª ed.). Paz e Terra.
- Gil, F. (1999). La enseñanza de los derechos humanos. Em F. Bárcena, F. Gil & G. Jover, *La escuela de la ciudadanía: Educación, ética y política* (pp. 71-103). Editorial Desclée de Brouwer.
- Governo da Província de Inhambane. (2017). *A província*. <http://www.inhambane.gov.mz/por/A-Provincia>
- Lamas, L. B. (2019). *A Educação para a Cidadania em Portugal: Incidências das políticas educativas nas práticas escolares no concelho de Vila Nova de Gaia* [Tese de Doutoramento, Universidade Santiago de Compostela]. Minerva. <http://hdl.handle.net/10347/19877>
- Lamas, M, Lamas., L. B., Luís, A. (2018). Subsídios das competências empreendedoras na Educação para a Cidadania na Universidade Metodista Unida de Moçambique. Em: *Actas do Fórum Internacional África, Cooperação, Educação e Desenvolvimento (II FIACED)*, pp. 74-94. http://fiaced.iscedouro.pt/assets/files/II_FIACED_livro_atas_2018.pdf
- Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro. (2018). *Boletim da República, Iª serie, n.º 254*.
https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/SERIAL/108938/134915/F1233978312/Lei%2018_2018%20MOZAMBIQUE.pdf
- Mário, M. & Nandja, D. (2005). *A alfabetização em Moçambique: desafios da educação para todos*. (Background paper prepared for the Education for All Global Monitoring Report 2006)

- Literacy for Life). https://www.iese.ac.mz/~ieseamz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/educacao/artigos_cientificos_imprensa/avaliacao.pdf
- Menezes, I., Fernandes-Jesus, M., Ribeiro, N. & Malafaia, C. (2012). Agência e participação cívica e política de jovens. Em I. Menezes, N. Ribeiro, M. Fernandes-Jesus, C. Malafaia & P. D. Ferreira (Edits.), *Agência e participação cívica e política: jovens e imigrantes na construção da democracia* (pp. 9-21). Livpsic/Legis Editora.
- Marshall, T. (1950). *Citizenship and social class and other essays*. University Press. http://www.jura.unibielefeld.de/lehrestuehle/davy/wustldata/1950_Marshall_Citizenship_and_Social_Class_OCR.pdf
- MINEDH. (2013). *Plano Curricular de Alfabetização* (2º edição).
- MINEDH. (2017). *Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias (OTEO's) (2017-2019)*.
- MINEDH. (2019). *Instrução Ministerial n.º 2/GM/MINEDH/2019: Atente à Organização e Funcionamento da área da Alfabetização e Educação de Adultos*.
- MINEDH. (2020). *Plano Estratégico da educação 2020-2029*. <http://planipolis.iiep.unesco.org/sites/planipolis/files/ressources/2020-22-mozambique-esp.pdf>
- Ministério de Administração Estatal. (2012). Perfil do Distrito de Morrumbene Província de Inhamabane. Maputo - Moçambique. <http://www.portaldogoverno.gov.mz>
- ONU. (2016). *Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Guia sobre o desenvolvimento sustentável*. https://www.cidadaniaemportugal.pt/wp-content/uploads/recursos/Guia_sobre_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf
- Stake, R. (2016). *A Arte da Educação com os estudos de caso* (4ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNESCO. (1998). Educação de Adultos. *Declaração de Hamburgo: Agenda para o futuro*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116114_por.locale=en
- UNESCO & MINEDH. (2019). *Revisão de Políticas Educacionais de Moçambique*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371701>